



Caderno Administrativo
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº2995/2020

Data da disponibilização: Terça-feira, 16 de Junho de 2020.

<p>Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região</p> <p>Desembargador JOSÉ MURILO DE MORAIS Presidente</p> <p>Desembargador FERNANDO LUIZ GONÇALVES RIOS NETO 1º Vice-Presidente</p> <p>Desembargadora CAMILLA GUIMARÃES PEREIRA ZEIDLER 2ª Vice-Presidente</p> <p>Desembargadora ANA MARIA AMORIM REBOUÇAS Corregedora</p> <p>Desembargadora MARISTELA ÍRIS DA SILVA MALHEIROS Vice-Corregedora</p>	<p>AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 225, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG CEP: 30112900</p> <p>Telefone(s) : (31) 3228-7000</p>
---	---

Presidência

Ato

Ato

EDITAL

EDITAL N. 5/2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a existência de vagas na 10ª Turma e na Seção de Dissídios Coletivos, decorrentes da aposentadoria da Exma. Desembargadora Maria Laura Franco Lima de Faria; CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Regimento Interno, CIENTIFICA os Exmos. Desembargadores a fim de que, querendo, formulem seus pedidos de remoção para a 10ª Turma e para a Seção de Dissídios Coletivos, sendo respeitada, para tanto, a ordem de antiguidade dentre os Desembargadores inscritos. Os pedidos deverão ser encaminhados para a Secretaria-Geral da Presidência, pelo e-mail sgp@trt3.jus.br, sendo fixado, para tanto, prazo de 48 horas, após a publicação deste edital. Belo Horizonte, 15 de junho de 2020.

(a) JOSÉ MURILO DE MORAIS
Desembargador Presidente

PORTARIA

PORTARIA GP N. 177, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Altera a composição do Comitê Orçamentário de Segundo Grau, instituído pela Portaria GP n. 203, de 20 de maio de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução n. 195, de 3 de junho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências;